

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Seção de Licitações

Pregão Eletrônico nº 90008-2024

Procedimento Administrativo Eletrônico nº 9426-2023

INFORMAÇÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

1. Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa **INSTRUCON COMERCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA** – CNPJ: 00.948.060/0001-30 contra o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008-2024** que objetiva contratação de serviços continuados de instalação, desinstalação e manutenção preventiva e corretiva de equipamentos condicionadores de ar, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte – TRE/RN, no qual a proposta da empresa **METRODATA ENGENHARIA LTDA** CNPJ 04.453.613/0001-35 foi declarada vencedora e habilitada no certame.
2. A **RECORRENTE** alega em resumo as seguintes condições estabelecidas no edital não atendidas pela **RECORRIDA**.

I - DO NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 8.6 DO EDITAL - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, POR NÃO ATENDIMENTO DO DISPOSTO NO ITEM 12.14 A 12.25 DO TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo 1 do Edital).

Analizando detidamente a documentação técnica operacional apresentado pela Recorrida, se percebe com facilidade que a Licitante não atendeu ao que fora requerido pelo Edital e Termo de Referência, posto que os serviços elencados nos referidos documentos divergem daqueles exigidos no Edital e Termo de Referência do presente certame.

Pelo exposto, deve a Recorrida ser Inabilitada por não cumprimento dos Itens 8.6 do Edital C/C Itens 12.14 a 12.25 do Termo de Referência, (Anexo 1 do Edital).

II - DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – AUSÊNCIA DO PERCENTUAL DE 20% SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO.

“Com efeito, a Lei nº 12.546/12 instituiu a possibilidade para alguns setores da atividade econômica substituírem o pagamento da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento (20%) por um percentual aplicado sobre a receita bruta.

Após diversas alterações legislativas que modificaram as regras da desoneração, elevando inclusive o percentual cobrado sobre a receita bruta, que ficou entre 2% e 4,5%, dependendo do setor, as empresas passaram a escolher qual regime aplicar, escolhendo o valor que representa menor desembolso previdenciário. Com o advento da Lei nº 13.670/2018, o benefício fiscal se restringiu a 17 setores, que permaneceram com a folha de pagamentos desonerada.

(...)

No caso concreto a Recorrida optou pelo regime que garante a incidência da contribuição previdenciária sobre a receita bruta, no percentual de 4,5%, conforme se observa em sua Planilha de Custos e Formação de Preços: (...)

Ocorre que no dia 25 de Abril de 2024, o Ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu pontos da Lei 14.784/2023, que prorrogava a desoneração da folha de pagamento de diversos setores produtivos até 2027, dentre eles a atividade da Recorrida.

(...)

A decisão do STF vale a partir da sua publicação no Diário da Justiça, portanto já está em vigor.

Diante da decisão do STF, a Recorrida não pode atribuir o valor zero ao percentual da Contribuição Previdenciária sobre a Folha de Pagamento que integra o item “A” do Submódulo 2.2, da Planilha, devendo incluir o percentual de 20%, correspondente a Contribuição Patronal – INSS.

Em conclusão, a Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada pela Recorrida se encontra em desacordo com a liminar concedida pelo STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7633, não refletindo seu preço os tributos incidentes da forma atualmente exigida.

3. Ao final a RECORRENTE requer, em síntese, o recebimento do recurso, e que seja reformada a decisão aqui atacada para INABILITAR a empresa METRODATA ENGENHARIA LTDA, por não atender ao Edital e Termo de Referência, nos itens supramencionados, prosseguindo o certame até que outra empresa classificada esteja em condições legais e regulares de habilitação.
4. A RECORRIDA, por sua vez apresentou suas contrarrazões sustentando, em resumo, que:.

I - SOBRE A ALEGAÇÃO DE NÃO CUMPRIMENTO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

Ora, as Certidões de capacidade técnica-operacional apresentadas pela Recorrida atendem plenamente o Termo de Referência citado, sobretudo no que pertine aos itens 12.17.1. e 12.17.2.

Isto porque, conforme preconiza o art. 67, II, da Lei n.º 14.333/2021, a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de **serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior**, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3.º do art. 88 da mencionada Lei.

(...) que a Metrodata apresentou a Certidão de Acervo Técnico de prestação de serviços de Projetos, Fiscalização e instalação dos Chillers em 548 TR's para as unidades da TIM CRC e TIM Sede, o que prova a capacidade operacional da Metrodata na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional superior ao objeto do Pregão Eletrônico n.º 90008/2024 – TRE/RN.

Em resumo, a Metrodata Engenharia apresentou Certidões de Acervo Técnico onde provam a sua capacidade técnico-operacional para Instalação de

equipamentos condicionadores de ar que somadas as suas cargas térmicas correspondem a 603 TR's (tonelada-refrigeração), bem como a sua capacidade técnico-operacional de Manutenção de equipamentos de ar condicionado, que somadas as suas cargas térmicas correspondem a 1.578,03 TR's (tonelada-refrigeração), o que demonstra a capacidade técnica muito superior ao exigido pelo Edital, haja vista que os itens 12.17.1. e 12.17.2 exigem 360 e 500 toneladas-refrigeração, respectivamente.

Sendo assim, a demonstração da capacidade técnica-operacional da Recorrida no que se refere a serviços continuados de instalação, desinstalação e manutenção preventiva e corretiva de equipamentos condicionadores de ar, mormente a Instalação de equipamentos condicionadores de ar dos tipos HI-WALL, PISO/TETO e CASSETE que somadas as suas cargas térmicas correspondam a, no mínimo, 360 TR (tonelada-refrigeração); e Manutenção de equipamentos de ar condicionado, de todos os tipos (JANELA, HIWALL, PISO/TETO, CASSETE e SELF-CONTAINED) que somadas as suas cargas térmicas correspondam a, no mínimo, 500 TR (tonelada-refrigeração) está mais que evidente, quando da extração das informações do Acervo Técnico anexado na documentação comprobatória de habilitação, haja vista a execução de serviços de manutenção e instalação para a TIM são muito superiores quando comparadas aos serviços descritos nos itens 12.17.1. e 12.17.2. do Anexo I do Edital.

II - DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS.

Verifica-se do Edital, que o envio das Propostas iniciou às 8h do dia 04/03/2024 e terminou às 14h do dia 18/03/2024.

Neste diapasão, quando da apresentação da Proposta pela Metrodata, tem-se que estava plenamente vigente os termos da Lei n.º 14.784, de 27 de dezembro de 2023, que prorrogou até 31 de dezembro de 2027 a desoneração da folha de pagamento do setor de construção civil, o qual está inserido a Recorrida.

Logo, é de se concluir que a Proposta da Metrodata observou a legislação vigente à época de sua apresentação, que permitia a Desoneração da Folha de Pagamento, bem como ao próprio Instrumento Convocatório.

Neste contexto, se na data que a Metrodata apresentou a sua da Proposta era permitido aos Licitantes optarem pelo regime da desoneração da folha, tem-se que mesmo que posteriormente a Decisão Liminar do Excelso STF tenha suspenso os efeitos da Lei que autoriza a desoneração, o efeito dessa modificação somente se pode aplicar para o futuro, para os casos em que a publicação do Edital do Pregão tenha ocorrido posteriormente ao dia 26/04/2024, o que não é o caso do presente Pregão, pois, como dito, o prazo para o envio da proposta encerrou às 14h do dia 18/03/2024, ou seja, bem antes da Decisão Liminar proferida na ADI 7633.

5. Ao final a RECORRIDA requer, em síntese, o recebimento e processamento das presentes contrarrazões, que SEJA NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA INSTRUCON COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA., mantendo-se incólume a decisão que classificou a Proposta, habilitou a documentação de qualificação técnica e declarou vencedora a empresa METRODATA ENGENHARIA LTDA e subsidiariamente, caso não seja negado provimento ao Recurso Administrativo, ROGA que seja o julgamento convertido em diligência.
6. A Seção de Manutenção do TRE-RN, Unidade técnica do órgão, que realizou a análise dos documentos de habilitação técnica das empresas licitantes, bem como das razões e

contrarrazões apresentadas, por sua vez, informou que:

“Diante do pedido acima, passamos às seguintes considerações:

1. Foi solicitada à empresa que presta serviços especializados de engenharia elétrica e mecânica a este TRE-RN uma análise das diferenças de complexidade entre os sistemas de ar-condicionado tipo Split, em comparação com os sistemas Chiller, para melhor avaliação desta unidade. Tal relatório, anexo, conclui sua análise da seguinte forma, *in verbis*:

"Com as informações elencadas acima podemos inferir que tanto na instalação como também manutenção de equipamentos de sistemas de refrigeração, o CHILLER possui um grau de complexidade maior que os equipamentos do tipo HI WALL/CASSETTE/PISO TETO e que quem executa serviços de MANUTENÇÃO e INSTALAÇÃO em CHILLER tem expertise suficiente para realizar serviços de INSTALAÇÃO como também MANUTENÇÃO em qualquer outro sistema de refrigeração/climatização no caso do tipo HI WALL/CASSETTE/PISO TETO por apresentarem uma menor dificuldade de realização desses serviços."

2. De fato, conforme apontado pela empresa recorrente, foi exigida demonstração de capacidade técnica para instalação de equipamentos condicionadores de ar dos tipos HI-WALL, PISO/TETO e CASSETTE que somadas as suas cargas térmicas correspondam a, no mínimo, 360 TR (tonelada-refrigeração), conforme subitem 12.17.1, e Manutenção de equipamentos de ar condicionado, de todos os tipos (JANELA, HIWALL, PISO/TETO, CASSETTE e SELF-CONTAINED) que somadas as suas cargas térmicas correspondam a, no mínimo, 500 TR (tonelada-refrigeração), conforme subitem 12.17.2.

3. Em que pese o estabelecimento da necessidade de comprovação de capacidade técnica para os itens especificados acima, o mesmo Termo de Referência, em consonância com a legislação - que prevê "**serviços similares**" de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior" (Art. 67, II, da Lei 14.133/2021) -, não exige que essa comprovação seja exclusivamente nos mesmos itens de serviço, mas que a licitante deverá comprovar aptidão para execução de serviço de complexidade equivalente ou superior com o objeto desta contratação, conforme subitem 12.14 do mesmo Termo de Referência.

4. Diante do exposto, concluímos:

a) O acervo técnico apresentado pela licitante METRODATA demonstra capacidade técnica para atendimento do objeto do PE nº 90018-2024, tanto no aspecto qualitativo - pois são serviços similares (refrigeração) de maior complexidade tecnológica e operacional -, como no quantitativo, já aprovado na fase de julgamento das propostas.

b) O acatamento da proposta da licitante METRODATA pela administração, após análise das condições técnicas apresentadas em sua documentação, configura escolha de proposta vantajosa para o TRE-RN, uma vez que a empresa demonstrou possuir capacidade técnica para lidar com equipamentos mais complexos, tanto em sua instalação, como em sua manutenção, trazendo ganhos técnicos e melhores condições para uma prestação de serviço de maior qualidade."

7. E a Seção de Gestão de Contratos – SEGEC, que prestou suporte técnico na análise das planilhas de custos e formação de preços das licitantes neste pregão, informou, em resumo:

“(…)

O que compete a esta Seção no citado certame licitatório é a análise da planilha de custos e formação de preços, o que foi feito com base na legislação vigente ao tempo da licitação, cuja conclusão da análise está na fl. 2137.

O recurso interposto, s.m.j., não contesta os cálculos da planilha em si, mas questão fundamentalmente jurídica quanto à aplicabilidade da legislação da época da realização do certame ou de decisão judicial liminar publicada posteriormente ao certame e até à análise da planilha.”

ANÁLISE

8. Trata o presente recurso de questões relacionadas ao não cumprimento de condições de habilitação técnica e sobre a planilha de custos e formação de preços da empresa declarada vencedora, no que diz respeito a provisão de custos com desoneração da folha de pagamento.
9. **Quanto ao NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 8.6 DO EDITAL - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**
10. As exigências de habilitação técnica exigidas no edital dividem-se em duas condições distintas: CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL e CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL.
11. No entanto, o cerne da questão posiciona-se nas condições de habilitação relacionadas a CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL.
12. Vejamos o que dispõe o Edital, no item 8.6 :
 - 8.6. Habilitação técnica.
 - 8.6.1. O licitante deverá comprovar o atendimento aos requisitos previstos nos subitens 12.14 a 12.25 do Termo de Referência (Anexo 1 deste edital).
13. E o Termo de referência tratou das condições de habilitação técnico-operacional especificamente nos itens 12.14 e 12.17 a 12.19, como segue:
 - 12.14. A licitante deverá comprovar aptidão para execução de serviço de complexidade equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, a fim de comprovar a qualificação técnica do licitante, assim entendida como conjunto da capacidade técnico-profissional e da capacidade técnico-operacional.

(…)
 - 12.17. Para dar prova da CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL a empresa licitante deverá apresentar CATs (Certidões de Acervo Técnico), devidamente registradas no respectivo Conselho CREA, que comprovem a realização de serviços prestados, para instituições públicas ou privadas, conforme descrito abaixo:
 - 12.17.1. Instalação de equipamentos condicionadores de ar dos tipos HI-WALL, PISO/TETO e CASSETE que somadas as suas cargas térmicas correspondam a, no mínimo, 360 TR (tonelada refrigeração); e,
 - 12.17.2. Manutenção de equipamentos de ar condicionado, de todos os tipos

(JANELA, HIWALL, PISO/TETO, CASSETE e SELF-CONTAINED) que somadas as suas cargas térmicas correspondam a, no mínimo, 500 TR (tonelada-refrigeração).

12.18. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017, aplicável por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98/2022. Quanto aos serviços não executados de forma concomitante, serão aceitos os somatórios dos atestados de capacidade técnica, desde que estejam compreendidos durante o período de 01(um) ano, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

12.19. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.”

14. Pois bem, a Seção de Manutenção – SEMAN, unidade técnica do TRE-RN, que analisou a documentação de habilitação técnica durante a realização do pregão e agora reavaliando em grau de recurso concluiu, em síntese, que o acervo técnico da licitante METRODATA demonstra capacidade técnica tanto no aspecto qualitativo como no quantitativo, conforme detalhado em sua informação transcrita acima.
15. Assim, ante a informação da SEMAN acredita-se, smj, que a documentação de habilitação ora questionada atendeu às condições de CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL exigidas do TR.
16. **Quanto à questão DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – AUSÊNCIA DO PERCENTUAL DE 20% SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO.**
17. A questão decorreu da política do governo federal de desoneração da folha de pagamento que permitiu, às empresas de alguns ramos de atividade, incluídas as de construção civil do qual pertence a RECORRIDA (vide contrato social), a substituição da Contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB.
18. E assim, verifica-se na planilha apresentada pela RECORRIDA, essa prática, visto que no campo correspondente a contribuição do INSS sobre o valor da remuneração o percentual de 0,00%, e no campo Tributos, o percentual de 4,5% referente à CPRB.
19. Cabe ressaltar que a planilha de custos e formação de preços foi analisada, previamente quando da sua aceitação pela Seção de Gestão de Contratos – SEGEC, unidade técnica do TRE-RN.
20. Estrai-se da informação acima dessa unidade que a análise da planilha foi feita com base na legislação vigente ao tempo da licitação, e que o recurso não contesta os cálculos da planilha em si, mas questão fundamentalmente jurídica quanto à aplicabilidade da legislação da época da realização do certame ou de decisão judicial liminar publicada posteriormente ao certame e até à análise da planilha.
21. Nesse contexto, ver-se que a manutenção da política de desoneração estava assegurada pela Lei nº 14.784/2023, na data da publicação do edital - **04/03/2024**, que prorrogava a desoneração da folha de pagamento até 2027.
22. No entanto, o Ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu, por decisão cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7633, os efeitos dessa lei.

23. Em consulta ao site **gov.br**, a Receita Federal esclarece que a Liminar tem efeitos a partir da publicação, que ocorreu em 26 de abril. (<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/receita-federal-esclarece-decisao-do-ministro-cristiano-zanin-sobre-a-desoneracao-da-folha-de-pagamento-de-municipios-e-setores-produtivos>).
24. Assim, como o edital dessa licitação fora publicado no DOU e PNCP em **04/03/2024**, e cuja abertura da sessão pública se deu em **18/03/2024**, com a correspondente etapa de disputa, portanto antes dos efeitos da ADI 7633, que foram a partir de **26/04/2024**, acredita-se, smj, que a planilha de custos aceita da empresa RECORRIDA mostra alinhada aos ditames da legislação vigente na data da publicação do edital da licitação.
25. Portanto, mostrando-se, smj, apta de aceitação.

CONCLUSÃO.

26. Considerando o disposto na Portaria 01-2023-GP, que designou os servidores para atuarem com Agentes de Contratação e Pregoeiros, no âmbito do TRE/RN, com base no §2º do art. 165, da Lei 14.133/2021, e em obediência aos princípios da legalidade, da razoabilidade e o da vinculação ao edital, e do interesse público, decido conhecer do recurso apresentado pela empresa **INSTRUCON COMERCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA**, mas, manter a decisão de aceitação da proposta ora declarada vencedora do pregão eletrônico nº 90008-2024, encaminhando o recurso à autoridade superior para decisão.

Natal, 10 de maio de 2024.

PEDRO SANCHO DE MEDEIROS

Pregoeiro